

Por uma (Reflexão) Ética da Autoria Acadêmica

Autoria: Socorro Cláudia Tavares de Sousa, Francisco José da Costa, Henrique César Muzzio de Paiva Barroso

Resumo

Dentre as discussões que perpassam a atividade científica no Brasil, uma das que mais mobilizam a comunidade acadêmica é a questão da autoria. Isto se dá principalmente porque o sistema nacional de avaliação e financiamento da pesquisa e da pós-graduação confere à produção autoral um peso de importância diferenciado. Considerando a importância desse tópico, o presente trabalho tem como objetivo apresentar elementos para um debate sobre a ética das práticas de autoria, discutindo sobre problemas que são vivenciados por grande parte de pesquisadores em seu dia a dia, mas que ainda parece impor algumas resistências ao seu debate aberto. Para realizarmos tal objetivo, seguimos o seguinte percurso: apresentamos a mecânica da produção acadêmica no Brasil, indicando rapidamente as forças institucionais que demarcam o espaço e a dinâmica da produção de artigos; debatemos dois problemas centrais da autoria no Brasil, que são: a lógica de “colocar o nome” e o plágio; propomos argumentos para a constituição de uma crítica e de uma autocritica sobre a autoria; e, ao final, apresentamos as principais conclusões a que chegamos e reforçamos as posições desenvolvidas ao longo do texto. Este objetivo é buscado a partir de uma pesquisa bibliográfica, comum aos ensaios. As reflexões empreendidas neste trabalho partem de autores como Bertero, Caldas e Wood Jr (2005) e Romancini (2007) que já se debruçaram sobre a produção acadêmica no Brasil e os problemas oriundos do lema “publique ou pereça”; como Bourdieu (2007) que discute as forças que constituem o campo científico; como Vázques (2005) que nos fornece uma base para emprendermos reflexões sobre os aspectos éticos de autoria; dentre outros. Elaboramos uma definição preliminar de autoria a fim de possibilitar a discussão sobre as práticas equivocadas de autoria que são vivenciadas no contexto acadêmico brasileiro. Nossa definição ancora-se no pressuposto de que a autoria de um trabalho pressupõe necessariamente a produção de texto e a inclusão de conteúdo considerado significativo para o trabalho. Uma das principais contribuições deste ensaio repousa na crítica e na autocritica empreendida ao sistema de produção acadêmica, buscando a reflexão dos agentes sociais envolvidos em direção à construção de uma moral aperfeiçoada de autoria. Destacamos os aspectos institucionais que podem gerar alienação dos pesquisadores na medida em que o sistema se reifica perante os agentes do campo, naturalizando compreensões de autoria equivocadas, bem como apontamos as responsabilidades dos agentes pelas ações realizadas que favorecem a reprodução de práticas de autorias irreais.

1. Introdução

Dentre as discussões que perpassam a atividade científica no Brasil, uma das que mais mobilizam a comunidade acadêmica é a questão da autoria. Isto se dá principalmente porque o sistema nacional de avaliação e financiamento da pesquisa e da pós-graduação confere à produção autoral um peso de importância diferenciado, chegando a definir a existência ou não de programas de pós-graduação, bem como a demarcar os critérios de financiamento de pesquisas por meio de bolsas, por exemplo.

Provavelmente, a produção autoral de artigos, relatórios e livros seja a tarefa mais delicada e mais trabalhosa que os acadêmicos precisam realizar. Isso gera uma enorme preocupação para os agentes do campo científico, principalmente para aqueles que estão vivenciando a plenitude desse universo, pois têm que produzir artigos, livros, materiais para aulas, e ainda têm que lecionar, realizar minicursos e palestras, participar de eventos, de bancas de trabalhos de conclusão de curso e de concursos, dentre outras atividades.

Acreditamos haver equívocos em algumas práticas de autoria que atualmente são realizadas como é o caso, por exemplo, do plágio e da inclusão em trabalho de nome de autor(es) que não participou(ar) efetivamente de sua realização. Em nosso entendimento, é necessário desencadear um debate sério e amplo sobre esse assunto, trazendo à baila reflexões sobre uma ética da autoria.

Já há um referencial concreto sobre a definição do que seja produção autoral, expresso na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Essa lei estabelece em seu artigo 11 que “autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou **científica**” (grifo nosso). Mais a frente, no artigo 15, o legislador formula outras orientações sobre quem deve ser considerado coautor e nessa perspectiva o § 1º reza que “não se considera co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio”.

Esse entendimento tem efeitos pontuais, como por exemplo, alguns periódicos de Linguística¹ não aceitam que orientadores de pesquisa de mestrado ou de doutorado sejam considerados coautores de artigos submetidos. A sugestão dessas revistas científicas é que o nome do orientador seja tão somente colocado em nota de rodapé. Por outro lado, raros são os exemplos de periódicos que esboçam exigências de delimitações dessa forma.

Com efeito, embora tenha um caráter regulatório, a conceituação legal parece não dar conta das práticas que vêm sendo realizadas no universo acadêmico, de tal modo que muitas vezes a autoria de um artigo é concedida como um meio de compensação ou de agradecimento para alguém que deu uma contribuição irrisória ou até mesmo nenhuma.

Se isto é um equívoco, cabe então elucidar o problema, questionar motivações e propor possibilidades de aperfeiçoamento. Isso perpassa por uma reflexão profunda por parte dos agentes do campo científico, como forma de evitar sua alienação em meio a processos que eventualmente se autonomizam diante dos sujeitos. Portanto, nossa finalidade é debater a autoria de produções científicas, sob o pressuposto de que esse sistema precisa de um aperfeiçoamento que supere os riscos de um processo pragmaticamente viciado e moralmente frágil. De modo específico, pretendemos apresentar elementos para um debate sobre a ética das práticas de autoria, discutindo sobre problemas que são vivenciados por grande parte de pesquisadores em seu dia a dia, mas que ainda parecem impor algumas resistências ao seu debate aberto.

Para realizarmos tal objetivo, dividimos o presente ensaio em mais quatro partes, afora esta introdução, a saber: na primeira, apresentamos como se desenvolve a mecânica da produção acadêmica no Brasil, indicando rapidamente as forças institucionais que demarcam o espaço e a dinâmica da produção de artigos; na segunda, debatemos dois problemas centrais da autoria no Brasil, que são: a lógica de “colocar o nome” e o plágio; na terceira, propomos

argumentos de uma crítica e de uma autocrítica sobre a autoria; e, ao final, apresentamos as principais conclusões a que chegamos e reforçamos as posições desenvolvidas ao longo do texto.

2. Uma breve análise sobre o universo da produção acadêmica no Brasil

A pesquisa e a publicação no Brasil parece espelhar, nas décadas de 1950 a 1980, a condição de um país periférico ou de terceiro mundoⁱⁱ na medida em que a produção acadêmica de países como a França e os Estados Unidos era vista como modelo superior de desenvolvimento e criação de conhecimento. Nesse sentido, o Brasil sempre careceu de uma academia criativa e expoente de idéias, para não falarmos nos escassos recursos financeiros disponíveis para a pesquisa em um país que sempre possuía demandas mais urgentes do que a atividade de pesquisa (cf. CAPES, 2011).

Mesmo as iniciativas de programas de pós-graduação que hoje estão mais consolidados, enfrentaram condições adversas pela condição institucional do país nesse período. Embora tenha sido uma época difícil, é reconhecido que a produção acadêmica brasileira posterior alcançou expressivos avanços no contexto mundial. Indicadores internacionais de produção evidenciam um salto quantitativo do número de artigos publicados. Por outro lado, é também sabido que o avanço qualitativo não ocorreu na mesma proporção, como é possível verificar ao analisarmos os índices de publicações com maior fator de impacto, o que leva mesmo alguns críticos mais ácidos (ou realistas?) a qualificarem nossa produção como insignificanteⁱⁱⁱ.

Ainda assim, o crescimento é um fato. Dentre as razões para este avanço aponta-se: a) um significativo aumento da oferta de novos cursos de mestrado e de doutorado em todo o país nas mais diversas áreas do conhecimento; b) a consolidação de cursos mais antigos, que conseguiram amadurecer suas práticas de ensino e de pesquisa e garantiram uma inserção internacional, como atestam os números da avaliação trienal realizada pela Coordenação de Avaliação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir do aumento do número de programas de pós-graduação que alcançaram notas 6 e 7, que já são conceitos de excelência; c) a consequente ampliação e consolidação dos grupos de pesquisa vinculados a estes programas, que acabam por fomentar publicações em diversos canais acadêmicos.

Apesar do avanço alcançado, ainda há vários problemas a serem superados pela academia brasileira, tal como o risco de nossa produção ser apenas uma cópia borrada do que ocorre nos Estados Unidos e na Europa em algumas áreas do conhecimento. Para citarmos como exemplo o campo da Administração, “nossa produção também não apresenta surpresas, sendo periférica, sem originalidade, e tende a espelhar o que o país é noutras áreas, uma imitação opaca do que acontece em centros mais desenvolvidos” (BERTERO; CALDAS; WOOD JR., 2005, p. 12).

Outro problema comumente discutido na academia é o critério de avaliação de nossa produção. Coube a CAPES o papel de avaliar e pontuar a produção acadêmica do país e quase sempre nossos esforços de produção acadêmica são direcionados para esta avaliação. O modelo adotado e imposto pela CAPES especialmente a partir da segunda metade dos anos de 1990 foi de tal forma diferenciado em relação a períodos anteriores que, mais de uma década depois, os programas de pós-graduação e instituições de pesquisa ainda estavam se adaptando às novas regras.

Como não poderia deixar de ser, calorosos debates ocorrem no meio, normalmente tecendo críticas ao modelo considerando-o como injusto. Contudo há correntes que o louvam e o indicam como sendo o responsável pelo crescimento da produção acadêmica brasileira. Mas é interessante que façamos aqui uma ressalva: não podemos tratar a CAPES em um nível tal de abstração como se esta fosse reificada (BERGER; LUCKMANN, 1967), afinal, “a

CAPES somos todos nós”.

Na esfera do financiamento da pesquisa, também tivemos um largo desenvolvimento promovido pelo Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que patrocina por meio de bolsas pesquisas de estudantes de pós-graduação e de professores. Em grande parte, é possível também atribuir ao CNPQ o avanço na produção científica, porém há evidências sobre as assimetrias no modelo e nos critérios de financiamento. A título de exemplo, muitos renomados cientistas, como Albert Einstein para ficarmos em apenas um nome, não seria pesquisador A1 do CNPQ, segundo avalia o professor Miguel Nicolelis (GONÇALVES, 2011).

Se olharmos as avaliações trienais da CAPES, que trabalham baseadas nas normas estabelecidas pelos pares da nossa academia, veremos que as regras mudam a cada edição, nos dando uma pista do quão difícil é estabelecer critérios funcionalistas na medição de geração de conhecimento. O sistema de incentivo e fiscalização parece estar ainda aprendendo qual a melhor maneira de sua atuação, e parece normal que haja discrepâncias como as que foram citadas por Miguel Nicolelis.

Uma crítica relevante, embora não seja uma invenção brasileira, é a quantificação da produção científica em diferentes níveis de significância e a exigência de se alcançar um determinado patamar para que os programas de pós-graduação venham a ser reconhecidos ou qualificados. Uma das principais distorções deste modelo é a necessidade de se alcançar determinado número de “pontinhos” nos critérios da CAPES, para usar a terminologia de Prochno (2011) e Wood Jr. (2010).

É possível apontar entre os efeitos deletérios desta realidade, o favorecimento da prática da falsa autoria, que é um dos tópicos principais deste ensaio e que é enfrentada por parte dos estudantes e dos professores, especialmente aqueles envolvidos com estudos em nível de pós-graduação. Embora este problema não seja exclusivamente brasileiro, decidimos enfocar nossa análise a partir de algumas experiências que são vivenciadas no Brasil.

3. Reflexões sobre autoria

Com moderada frequência, o pesquisador brasileiro se depara com uma questão que lhe é muito cara quando se submete a produzir artigos acadêmicos em conjunto com outras pessoas: como gerenciar o processo da produção do texto de modo a ter um regime de produção que seja, verdadeiramente, de autoria (e co-autoria)? A resposta seria trivial: todos os (co)autores colaboram na produção efetiva do texto e, portanto, são todos autores.

Nada pareceria mais simples e mais lógico, porém a suposta trivialidade da resposta não encontra eco em parte da prática corrente da produção científica, pelo menos no que é do conhecimento dos autores deste artigo em áreas como Administração e Linguística, por exemplo. E a razão é simples: se a configuração da autoria está na produção efetiva e conjunta dos autores, o que fazer, em um primeiro momento, quando não há equilíbrio no esforço de produção dos artigos? Por exemplo, o que dizer de um coautor que produziu somente uma parte ínfima, enquanto o outro produziu todo o restante? Claramente, haveria um desnível que se manifestaria, como ocorre em parte das vezes, na ordem dos autores, de modo que o autor que trabalhou mais ficasse como primeiro autor, vindo em ordem os que produziram menos. Em que pese o fato de esta ser uma justificativa razoável para manter o conceito de coautoria vivo, reconhecemos a dificuldade de mensurar contribuições em um trabalho e entendemos ser razoável que o esforço despendido seja relativamente equilibrado, e que haja, antes de qualquer coisa, produção efetiva do trabalho.

Indo um pouco mais longe, e se ocorresse de um trabalho ter, por exemplo, um dos colaboradores que se limitou a fazer apenas a leitura final antes da submissão do artigo e procedeu aos corriqueiros ajustes de linguagem, digitação e formatação? O sujeito que dá sua

contribuição somente pela leitura de um artigo já pronto que demanda apenas “correções” de linguagem é ou não é um coautor? Ao que parece, se torna delicado aceitar como um “autor” um sujeito que não passou de um “leitor”.

É plenamente cabido pensar que a relação acima não constituiria autoria, pelo simples fato de o “leitor” não ter contribuído na produção substantiva do texto, salvo se aceitamos que leitura e correções do tipo citadas são entendidas como “produção do texto”. No entendimento dos autores deste ensaio, isto seria um afrouxamento excessivo do conceito de produção de um artigo, embora reconheçamos a existência de opiniões contrárias. Para se ter uma idéia de onde este entendimento poderia chegar seriam, então, os revisores profissionais coautores de todos os artigos, dissertações e teses que revisam?; O mesmo seria dito dos revisores anônimos de periódicos que sugerem diversas alterações nos artigos que avaliam?

Deixando de lado, provisoriamente, o aprofundamento de qualquer argumentação possível em sentido contrário, podemos pensar em exemplos até mais contestáveis que estas situações citadas e que ocorrem com uma frequência mais observável nas produções de artigos oriundas de dissertações, teses e outros trabalhos monográficos. Um destes exemplos é o caso de estudantes que recebem a orientação para produção de seu trabalho e o trabalho produzido é transformado em um ou mais artigos, dos quais serão autores o estudante (que produziu o trabalho e fez as adaptações para o artigo) e o orientador que recebe o direito de ser coautor. Neste caso, é cabido admitir o orientador como coautor? Admitir que sim, soa obviamente estranho, embora não seja incomum encontrarmos situações como estas e na prática muitas vezes o orientador “entra como autor” como uma espécie de direito adquirido.

É possível crer que essas situações, que foram apenas sucintamente descritas, são de conhecimento de grande parte dos pesquisadores brasileiros e são práticas correntes em alguns programas de pós-graduação e instituições de pesquisa. O questionamento mais imediato disto decorre de outra reflexão lógica e trivial: como sustentar esses tipos de procedimento? Acreditamos ser necessário um debate sobre a moralidade desta e de outras práticas associadas à autoria.

Como informado, nossa pretensão neste trabalho é apresentar elementos deste debate, e precisamos partir de uma esfera conceitual preliminar para em seguida discutir referenciais concretos de práticas potencialmente equivocadas de produção científica. No que concerne à questão conceitual, **a autoria de um trabalho acadêmico é aqui entendida como a produção escrita de um texto, no todo ou em parte, com a inclusão de conteúdo substantivo no que é o conteúdo próprio do trabalho, realizado na forma de texto escrito e na emissão de idéias, opiniões e análises de dados e de informações do trabalho.** Alguns pontos são destacados sobre esta proposta de definição:

- Primeiro, a proposta de conceito de autoria parte do entendimento de que o autor de fato produziu o texto (no todo ou em parte), não havendo, portanto, autoria oriunda somente de idéias, sugestões, acompanhamento, orientação ou correção ortográfica e digitação. Em outras palavras, e remetendo à característica mais fundamental do que seja autoria, o autor de fato precisa efetivamente escrever o conteúdo no texto. Caso isto não ocorra, e alguém tem seu nome indicado na lista de autores de um trabalho, temos o que chamamos de uma “autoria irreal”;
- Em segundo lugar, está expressa a necessidade de haver a inclusão de conteúdo substantivo que configura conteúdo próprio do texto naquilo que é sua proposta de exposição e discussão. Isto elimina a possibilidade de uma pessoa que faz a simples digitação de um texto, ou a tradução para outra língua, ganhe *status* de autor, pois efetivamente são pessoas que manipularam o texto, mas não incluíram ou excluíram seu conteúdo substantivo;
- Em terceiro lugar, está destacado que o conteúdo substantivo precisa ser materializado na forma de idéias e análises de dados e informações, o que exclui a possibilidade de

entendimento de uma autoria restrita à leitura e emissão de opiniões sobre o texto.

Reconhecemos a possibilidade de contestação desta definição, o que para os autores deste ensaio sinaliza mais como um fator de motivação para outros estudos do que como indicação da impossibilidade de uma reflexão sobre o assunto. A proposição do conceito parece, por outro lado, estar em acordo com um senso verificado de forma exploratória no universo acadêmico, e permite uma análise consistente de fatos que entendemos serem problemas de práticas de autoria equivocadas. Decidimos apresentar em maiores detalhes a prática mais genérica que incorpora os exemplos acima, que chamamos de lógica de ‘colocar o nome’ e abordamos em seguida um problema correlato, que é o do plágio.

3.1. A lógica de ‘colocar o nome’

É de conhecimento corrente que são usados por alguns autores estratégias de produção que entendemos serem verdadeiros malabarismos acadêmicos. Alguns são mais comuns, como aqueles citados na introdução deste item, mas vale a pena narrar algumas outras possibilidades, que optamos por denominar por seu uso corrente, embora informal, que é a lógica de “colocar o nome”. Essa lógica consiste basicamente em um artigo ou trabalho ser produzido de fato por um ou mais autores e o um dos sujeitos que teve participação nula ou mínima ter seu nome acrescentado no trabalho, recebendo, assim, o direito de ser coautor. Esta prática nos parece ser bastante comum e possui suas próprias variações, algumas das quais estão indicadas abaixo:

- O compartilhamento consentido: situação em que professores e estudantes de uma universidade ou centro de pesquisa tomam como medida compartilhar (indevidamente) autorias. Isso ocorre principalmente (mas não unicamente) em casos associados a programas de pós-graduação de baixo conceito no critério de produção científica no sistema nacional de avaliação. A mecânica é simples: um professor A produz com seus alunos um artigo e acrescenta como autor um professor B que em nada contribuiu no trabalho. Em contrapartida, o professor B introduz a coautoria do professor A em um artigo seu, compensando o benefício recebido. A lógica é simples e eficiente, embora questionável: os pontos de cada artigo são multiplicados por dois, o que eleva em 100% a pontuação do curso neste critério. E se for o caso de haver alinhamento de três, quatro ou mais professores, a estratégia do compartilhamento consentido pode render 200%, 300% e assim por diante;
- O compartilhamento não consentido: há um caso mais raro que concerne à situação em que o artigo é produzido por um estudante que o submete ao professor que, além de ter supostamente o direito à autoria, ainda acrescenta como autor adicional outro colega com quem o professor mantém uma parceria de autoria, independente do consentimento do real autor, que é o aluno;
- Trabalho em grupo: um caso mais corrente e mais distante dos dois primeiros e que consiste na produção de um artigo por um autor que precisou da colaboração de outras pessoas durante o trabalho de campo. A estratégia é simples: as pessoas que colaboraram nesta fase da pesquisa, ainda que não produzam sequer uma linha do trabalho, ganham a coautoria porque participaram, de alguma forma, da coleta de dados. Por exemplo, em artigos com entrevistas em profundidade, alguns dos informantes, em especial se necessitam apresentar produção, passam a ser coautores do trabalho porque colaboraram cedendo dados; ou, alternativamente, tornam-se coautores as pessoas que foram às ruas ou salas de aula colaborar na aplicação de questionários;
- Direito de quem ensina: esta prática é bastante recorrente no universo da produção de artigos em áreas como Administração e Linguística, por exemplo, e consiste na aquisição do direito de professores de serem autores nos artigos produzidos pelos estudantes nas

disciplinas que ministram. A lógica é simples: o professor ministra uma disciplina e solicita que o trabalho final seja um artigo científico, que o estudante deve produzir individualmente ou em grupo. Depois de produzido o artigo, o professor faz a avaliação, atribui sua nota, e requer as adaptações necessárias para que o artigo seja submetido para ser publicado em anais de eventos acadêmicos ou periódicos. Naturalmente, o professor ganha direito à autoria com base no fato de ter ministrado a disciplina ou de ter corrigido e indicado aspectos necessários para que o estudante ajuste o trabalho às demandas do destino da submissão (nesse caso não está incluído a situação em que o professor recebe o artigo, avalia, e efetivamente interfere pessoalmente no texto, alterando, aperfeiçoando e produzindo ele próprio os ajustes e adaptações necessárias para o contexto de interesse da submissão do manuscrito);

- **Compensação de perdas e colaborações:** este caso ocorre quando, em alguma circunstância acadêmica que envolva potenciais prejuízos a alguém, a autoria em um artigo é oferecida como compensação de potenciais perdas. Por exemplo, se um professor ministrou uma palestra em uma disciplina e para tanto teve seu custo de produzir a apresentação, utilizando seu precioso tempo para expor suas idéias, então este faz jus ao direito de ser coautor de algum dos artigos produzidos na disciplina, como contrapartida por sua colaboração. Um caso mais extremo é aquele em que o membro de banca de avaliação teve o trabalho de ler a monografia científica do aluno e participar do ritual da banca e por isso ganha o direito de autoria para compensar as horas gastas nessa atividade acadêmica^{iv}.

Esses e outros casos parecem aos autores deste texto que são bem reconhecidos pelos pesquisadores brasileiros. A ação moral associada a estas atividades de produção acadêmica se conforma bem ao jargão corrente que consiste em promover um acerto de trocas ou compensações por meio da prática de “colocar o nome” de alguém em um artigo, independente da produção efetiva do trabalho.

Ao contrário, a experiência dos autores deste artigo sinaliza que a insatisfação com situações como estas parecem ocorrer somente na esfera de discussão dos estudantes, que são comumente os que se sentem mais prejudicados por terem que se submeter a qualquer das situações citadas, em parte das vezes contrariamente à sua vontade. Em nossa visão, a lógica de “colocar o nome” trata-se de autoria ajustada e irreal, que é gerada em conformidade com a estratégia adotada (inclusive outras além das que estão citadas acima), e que encontra aceitação e justificativa na prática corrente. Em nosso entendimento, esta prática promove potencialmente um autoengano daqueles que se tornam autores de trabalhos que em muitos casos desconhecem totalmente o seu processo de produção e inclusive seu conteúdo.

3.2. O sério problema do plágio

O plágio é certamente um dos graves problemas que afetam o universo acadêmico e materializa-se de diferentes formas, tais como a compra de trabalhos acadêmicos, a prática de “copiar e colar” sem a identificação da(s) fonte(s), dentre outras. Nesta seção iremos discutir essas ações de plágio, buscando refletir as implicações para os processos de autoria e para o desenvolvimento científico.

Na forma de compra de trabalhos, as fraudes de monografias têm se tornado assunto de discussão não apenas no meio acadêmico, mas inclusive no contexto jornalístico e jurídico. Infelizmente, a indústria da venda de monografias e até de dissertações e teses têm se expandido e sempre se conhece histórias de pessoas que utilizaram esse recurso para a conclusão de cursos de graduação ou de pós-graduação. São várias as explicações dadas pelos usuários desse serviço, tais como: a inaptidão para produzir um trabalho científico, a falta de tempo, a comodidade, dentre outras. As motivações que nos parecem mais evidentes são a

necessidade de aprovação em disciplinas ou cursos ou a meta de aquisição do diploma ou certificado, seja para conseguir ascensão funcional, seja para buscar melhorias profissionais. As instituições de ensino superior, por sua vez, buscam diferentes formas para coibir esse tipo de ação, mas nem sempre são obtidos bons resultados.

Contudo, convém esclarecer que muitas vezes pode ocorrer um “pacto de tolerância” entre professor e aluno de que modo que ele “faz de conta que não vê” que o aluno não é autor e que comprou o trabalho. A “vista grossa” dos professores promove, a nosso ver, um ciclo deletério de produção científica. O argumento de Romancini (2007) de que o plágio conduz a uma quebra de confiança na relação professor/aluno parece ser uma realidade e o problema piora quando o professor assume uma falsa neutralidade diante do plágio (entendemos falsa neutralidade a posição política que viabiliza a manutenção desta prática que só traz prejuízos para a comunidade científica em geral, ou seja, não é de fato uma prática neutra).

No que concerne à prática de “copiar e colar”, esta pode decorrer do avanço dos sistemas de comunicação que propiciam uma facilidade de encontrar um cabedal de conteúdos na *internet*. Entendemos que a expansão da *internet* não pode ser a razão principal para a prática de plágio, uma vez que ela somente a facilita. Na verdade, a *internet* propicia a emergência de uma predisposição para reproduzir as idéias de outras pessoas como se fossem suas. De fato, bem sabemos que essa prática é anterior à *internet* e se materializava na cópia de conteúdos de livros ou periódicos.

Precisa ser ressaltado que a *internet* e os seus modernos sistemas de busca podem também contribuir para fiscalizar o próprio plágio, pois se houver cópia, é possível o professor comprovar a fonte original de textos ou passagens de textos que são utilizados como autorais e na realidade não o são. Mas as variantes da prática de “copiar e colar” são diversas e, lamentavelmente, têm sido refinadas. Por exemplo, já há indicações de casos de cópia de passagens de livros em língua estrangeira que são traduzidos pelos alunos e inseridos em seus trabalhos como se fossem de autoria própria^v.

Uma das conseqüências nefastas dos diversos procedimentos de plágio é a queda do nível acadêmico na medida em que os estudantes, sejam de graduação e/ou de pós-graduação, não desenvolvem as competências e habilidades que lhes permitam discutir idéias, comparar resultados, enfim, produzir conhecimentos. Inevitavelmente, questiona-se o nível de formação acadêmica dos estudantes que praticam plágio e os resultados destas ações no progresso da ciência.

O plágio enquanto um problema de autoria é o indutor de mais uma modalidade de autoengano, semelhante à lógica de “colocar o nome” antes descrita. Jamais teremos produtores de conhecimento se há um uso indiscriminado do plágio e se não é possível construir uma autoria de fato na medida em que esta está encarcerada nessa prática. Acreditamos que o plágio é um problema de autoria que precisa ser tratado especialmente em uma perspectiva moral e menos legalista, assim como defendemos que seja a abordagem do problema da prática de “colocar o nome”. Os dois casos (“colocar o nome” e plágio), embora pareçam possuir naturezas distintas, são por nós entendidos como práticas moralmente inapropriadas, porém no plágio a disposição legal parece já tê-lo enquadrado como uma prática a ser combatida.

4. Por uma moral aperfeiçoada da autoria

As reflexões em torno da noção de autoria perpassam por aspectos individuais e sociais. Ter “consciência” da dimensão da colaboração ou da ausência desta colaboração em um trabalho acadêmico é uma questão de natureza individual. Contudo, não negamos que o sistema de forças centripetas que regem o campo científico tem um poder estruturante no

habitus (no sentido de BOURDIEU, 2007) dos indivíduos. Em outras palavras, precisamos questionar em que medida as ações que são viabilizadas em diferentes áreas do conhecimento não acabam por tornar “natural” as posturas adotadas diante da autoria acadêmica.

É nessa perspectiva que discutiremos aqui, primeiramente, a lógica da estrutura atual que favorece os problemas narrados. Em seguida, debateremos a forma como isto alcança o agir ético individual dos agentes do campo acadêmico brasileiro.

4.1. Crítica que precisa ser feita

A produtividade é um dos conceitos mais largamente utilizados na ação humana. Ao longo do tempo, as pessoas buscaram alavancar a produção com o menor uso de recursos possíveis, seja por motivos econômicos, seja por razão da preservação ambiental (algo que atualmente está em moda). O avanço científico baseado nos pressupostos do positivismo, em que o progresso virou um lema mundial, contribuiu definitivamente para a formatação de um paradigma (funcionalista) de que é sempre necessário fazer o máximo possível ao menor custo. Esta visão da racionalidade alcançou um *status* tal na ação humana que em todos os campos da prática e do conhecimento entraram em cena imperativos como a medição, a comparação de resultados e a racionalidade da tomada de decisão. Tudo isso com o intuito de alcançar uma suposta racionalidade plena, algo que é contradito nas idéias de Simon (1945) sobre uma racionalidade que é em geral limitada.

No universo acadêmico não foi diferente. Baseado nos princípios da chamada ciência *hard* que ofertou as bases teóricas iniciais para a consolidação de um modelo que privilegia a produtividade e a aproximação com uma visão quantitativa e supostamente exata, os agentes dos diversos subcampos de conhecimento procuraram pautar suas produções acadêmicas nos ideais da produtividade. Essa concepção foi institucionalizada por governos, por agências de fomentos e fiscalização em suas mais diversas formas, ou mesmo por empresas. Cada um com seus critérios que procuram medir os resultados de suas alocações de recursos, com pressões isomórficas que acabaram por consolidar na academia uma “necessidade da produtividade”. A patente ou o *paper*, por exemplo, tornaram-se instrumentos que permitiram aplicar os ideais funcionalistas de produtividade na atividade de pesquisa ou de docência. Daí se explica a máxima do “publique ou pereça!”.

Se é verdade que precisaríamos de algum tipo de verificação e avaliação da atividade científica (até mesmo para justificar para a sociedade os recursos públicos investidos na academia), é verdade também que a institucionalização da lógica da “necessidade da produtividade” e de seu efeito muitas vezes deletério do “publique ou pereça!”, acabaram por gerar o que entendemos serem verdadeiras distorções. Exemplos disso são: a inflação no volume de artigos de qualidade duvidosa publicados anualmente em periódicos e eventos acadêmicos; a própria institucionalização de uma “indústria de eventos científicos” (eventos progressivamente mais dispendiosos e alguns com resultados realmente mínimos para a área do conhecimento); e a adoção de estratégias moralmente problemáticas de autoria, como as que citamos no item 3 deste ensaio.

Para quem milita no meio acadêmico, os problemas são por vezes dolorosos, inclusive porque a pressão instituída sobre pesquisadores e programas de pós-graduação e pesquisa não traz como contrapartida um sistema necessariamente adequado para suportar a demanda que se criou. Por exemplo, ao mesmo tempo em que os pesquisadores são exigidos em termos de publicação, a realidade do processo de submissão e avaliação de artigos em revistas brasileiras é realmente problemática, pois muitas vezes não se cumprem os prazos estipulados e a morosidade (a depender da área do conhecimento) pode levar o pesquisador a esperar mais de um ano pelo resultado da submissão (o que é pior: quando o resultado é negativo, o artigo perde sua atualidade inicial)^{vi}.

Com efeito, buscar periódicos brasileiros de algumas áreas como canais de publicação

da produção acadêmica torna-se para alguns pesquisadores algo efetivamente desestimulante. Entendemos ser inapropriado se os acadêmicos desistirem de buscar publicações em periódicos, primeiro porque estes se constituem nos mais importantes veículos para a divulgação dos resultados de pesquisa, e segundo porque quando se buscam outras opções, como a publicação em periódicos internacionais ou livros, os problemas não são muito menores (especificamente para publicação de livros, em grande parte das vezes é o próprio pesquisador que se obriga a financiar o livro, o que dificulta ainda mais que ele atinja sua missão de pesquisador).

É necessário ainda reiterar o que já insinuamos anteriormente, para enfatizar agora o nosso entendimento de que a pressão institucional do sistema CAPES/CNPQ é por demais impositiva, embora não seja necessariamente ruim. A suposta “liberdade acadêmica” do pesquisador brasileiro é fortemente condicionada por esse sistema, podendo levar os professores a se preocuparem mais com a quantidade do que com a qualidade das publicações, sob pena de serem excluídos dos programas de pós-graduação ou de jamais terem financiamento público para suas pesquisas. Acreditamos que, em boa parte, é a necessidade de conseguir os “pontos” da CAPES que conduz os pesquisadores a uma corrida impensada em busca de publicações e daí se origina boa parte dos equívocos nas práticas de autorias citadas.

Como pesquisadores, precisamos abrir espaço para uma crítica realista e sistemática sobre este sistema que pode ter incorporado de forma equivocada e ter levado muito longe o conceito de produtividade, tornando-se o grande opressor dos pesquisadores e promotor de vícios das mais diversas naturezas. Sem esquecer que este sistema é feito por nós pesquisadores, precisamos resistir a uma postura meramente burocrática e supostamente impessoal de promoção de um sistema que é muito bom para quem o mantém e tenta justificá-lo, mas que vem produzindo e mantendo uma verdadeira discrepância entre o que se pensa ser o bom trabalho da produção científica e o que se efetivamente existe em termos concretos de qualidade.

4.2. Autocrítica que precisa ser feita

Mesmo considerando o que foi discutido acima, não poderemos atribuir unicamente ao sistema acadêmico instituído a responsabilidade pelas ações comentadas ao longo deste artigo. Ainda utilizando a lógica descritiva de Pierre Bourdieu, cabe entender que, no universo dos campos, o científico é destacado pelo elevado nível intelectual de seus agentes (de fato, grande parte dos envolvidos nos problemas citados é ou doutores ou estudantes de pós-graduação). Portanto, trata-se de um campo em que os agentes possuem poder de reflexão e capacidade de proposição e mudança para superar os fatores de dificuldade.

Não podemos aceitar que nós pesquisadores utilizemos de expedientes equivocados e do poder de autoridade docente para dar manutenção ao que nos prejudica. Por isto, acreditamos que não podemos ser tolerantes a práticas como plágio ou pseudoautoria e outras práticas de conteúdo moral duvidoso, como aquelas citadas no item 3 deste artigo. Mais especificamente, entendemos ser necessário refletir bastante antes de adotar práticas como o compartilhamento de autoria (de forma consentida ou não) simplesmente para inflacionar de forma irreal a avaliação da CAPES.

Como professores, entendemos ser necessário evitar que a lógica de uma hierarquia superior do orientador ou docente em relação aos estudantes possa promover a prática de falsa autoria como a inclusão dos nomes dos orientadores em trabalhos científicos sem haver qualquer colaboração de fato. Como estudantes e professores, entendemos ser necessária a denúncia de práticas de amedrontamento, com ameaças sobre perda de bolsa de estudos ou outras formas de boicote acadêmico como comentários desabonadores, exclusão de grupos de pesquisa, dentre outras formas de retaliação. Essas pressões, que são muitas vezes veladas,

precisam passar por um debate aberto e franco, em nome do bom convívio e de um senso de realidade que elimine a lógica do autoengano que eventualmente emerge na academia brasileira.

Em nosso entendimento, os acadêmicos, principalmente os professores, são responsáveis por superar a lógica viciada de um sistema opressor, que, eventualmente, nos torna também opressores. É necessária a construção de um pacto para uma nova moral em torno da autoria. Essa nova moral deve levar em consideração um princípio que nos parece central: não podemos manter um sistema de autoria em que o elemento central seja quantidade de “pontos” do sistema CAPES; precisamos implementar um sistema que tenha como meta a qualidade real da produção científica no volume adequado e com a qualidade a mais refinada possível.

Se o que temos não implementa este princípio, então a responsabilidade é nossa, afinal o campo acadêmico é construído e é mantido por seus membros. Se nosso sistema vier a favorecer práticas moralmente reprováveis como autorias irreais e plágio, não poderemos nos limitar a culpar o sistema institucionalizado. A crítica do sistema precisa sempre vir acompanhada por uma autocrítica e por ações e propostas de superação de dificuldades.

5. Considerações finais

Uma das idéias de maior impacto da dita ‘ética marxista’ concerne à análise do processo de produção do sistema capitalista, que passou a reger o relacionamento entre as pessoas de uma maneira completamente distinta de outras sociedades. Nesse sistema se estabeleceu a apropriação do trabalho de algumas pessoas por outras que possuem propriedade dos meios de produção. Para os explorados, seu trabalho perde parte de seu sentido, tornando-se uma obrigação impensada no real sacrifício a que remete a etimologia da palavra trabalho. A naturalização desta realidade advém do conceito de alienação das pessoas envolvidas no sistema, em razão da autonomia que o próprio sistema de produção ganhou.

A rápida explanação do parágrafo acima é de algo já bem disseminado no meio acadêmico das ciências humanas e sociais, e as explicações são quase sempre seguidas por uma crítica de uma ideologia alienante e opressiva do sistema de produção prevalecente. Em nosso entendimento, não seria descabido pensar em uma autonomia semelhante do sistema de produção acadêmica no Brasil diante dos seus principais agentes, principalmente estudantes e professores. De fato, alguns pesquisadores brasileiros aderiram e aderem a práticas de produção e autoria como as citadas anteriormente de forma totalmente irrefletida.

É comum encontrar professores e estudantes preocupados antes de tudo com o atendimento dos critérios de pontos da CAPES e das bolsas do CNPQ, como se tudo isto fosse a meta em si da atividade acadêmica, e não a consequência de uma pesquisa séria, alinhada com os temas atuais e as práticas metodológicas consistentes que devem ser antes de tudo orientadas a gerar conhecimento socialmente relevante.

Os riscos de uma alienação dos pesquisadores diante do sistema que se estabeleceu no Brasil precisam ser (re)pensados. Como dito ao longo do texto, o sistema nacional de regulação e financiamento de pesquisa e de produção acadêmica não é autônomo, ele é feito por nós e para nós! Não podemos continuar adotando práticas de conteúdo moral questionável simplesmente porque temos que produzir, cedendo à lógica do “publique ou pereça” e vivenciando ou impondo as piores experiências de pesquisa e produção, seja como estudantes ou como professores.

As idéias que colocamos neste ensaio são dirigidas por uma lógica de aperfeiçoamento moral, como diria Vazquez (2005) em seu entendimento de que a história e as práticas reflexivas conduzem ao aperfeiçoamento das práticas éticas, pela substituição de práticas problemáticas por práticas mais atualizadas e moralmente aperfeiçoadas. Nossa idéia é que a

prática de produção será aperfeiçoada se adotamos um conceito de autoria de fato. Com efeito, a concepção de autoria prevalecente na prática de alguns pesquisadores precisa ser superada, no sentido de substituir uma lógica de autoria irreal por uma lógica de verdadeira autoria.

Não é pressuposto pelos autores que nosso entendimento e nossas descrições reflitam de forma exata a ‘verdade’ sobre a produção acadêmica e sobre a autoria no Brasil. Pelo contrário, as descrições são limitadas pela capacidade de análise dos autores e suas restrições na identificação das realidades das diversas áreas de pesquisa existentes. Também não nos colocamos como os guardiões da ética que estão acima do bem e do mal. Nossa meta foi contribuir para um debate que nos parece ser muito restrito, mas que, pragmaticamente, está associado a uma realidade problemática que é vivenciada no Brasil por boa parte dos estudantes e professores.

Se a meta da produção acadêmica é gerar desenvolvimento social, tal meta não pode ser alcançada de forma irrefletida. Daí advém à necessidade de uma discussão contínua e de uma vigilância permanente nas práticas de pesquisa e produção, e o melhor caminho, acreditamos, é abrir e enfrentar o debate, o que constitui a reflexão necessária para aperfeiçoamento de uma ética da autoria. Neste sentido, acreditamos que este trabalho alcançou seu objetivo, ao apresentar elementos de e para um debate sobre autoria e produção científica que poderá aperfeiçoar nosso sistema de produção.

Porém cremos que a discussão ainda precisa ser mais aperfeiçoada. Algumas questões que foram somente pontuadas precisariam ser mais bem debatidas, como é caso do próprio conceito de autoria que colocamos no item 3. Por exemplo, é possível ainda imaginar uma discussão sobre a autoria levando em conta o debate sobre aspectos mais detalhados do campo científico e de uma noção de autoria a partir de um ponto de vista da função-autor (ver BOURDIEU, 2003; FOUCAULT, 1992). Também não apresentamos todas as situações em que dilemas sobre autoria emergem. Nesse sentido, o que dizer de um mesmo trabalho apresentado em diferentes veículos de publicação (congresso e periódico) em que houve a mudança da ordem dos autores ou a inclusão de autor que não estava anteriormente presente? Estes são problemas que ficaram para serem debatidos fora deste trabalho e esperamos que motivem outros ensaios e textos futuros.

Referências

- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *The social construction of reality*. New York: Doubleday, 1967.
- BERTERO, C. O.; CALDAS, M. P.; WOOD JR., T. Introdução: produção científica em administração no Brasil. In _____ (Coord.). *Produção científica em administração no Brasil: o estado-da-arte*. São Paulo: Atlas, 2005.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.
- _____. "O campo científico". In. ORTIZ, R. (org.). *A sociologia de Pierre Bourdieu* São Paulo: Olho D'água, 2003.
- BRASIL. *Lei nº 9.610*, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial da união de 20 de fev de 1998, p. 3.
- FOUCAULT, M. *O que é um autor*. 2. ed. Lisboa: Vega Editora, 1992 (Coleção Pasagens).
- GONÇALVES, A. 'Integração entre cérebro e máquinas vai influenciar evolução: entrevista com Miguel Nicolelis'. *Estado de São Paulo*, 08 de janeiro de 2011.
- PROCHNO, P. O que há de errado na área acadêmica de administração no Brasil (partes 1, 2 e 3). Disponível em: < <http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

- ROMANCINI, R. A praga do plágio acadêmico. *Revista Científica FAMEC/FAAC/FMI/FABRASP*, ano 6, v. 6, p. 45-48, 2007.
- SIMON, H. A. *Administrative behavior: a study of decision-making processes in administrative organizations*. New York: The Free Press, 1945.
- VÁZQUES, A. S. *Ética*. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WOOD JR., T. Morte por Capes. *Carta Capital*, Outubro de 2010.
- COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. *Produção Científica*: ministro prevê inclusão do Brasil entre os dez maiores do planeta. Disponível em <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

ⁱVer política editorial das revistas “Linguagem em discurso” e “Revista Brasileira de Linguística Aplicada”.

ⁱⁱ A expressão “país periférico ou de terceiro mundo” indica a condição de um país ainda colonizado no campo científico brasileiro.

ⁱⁱⁱ Com efeito, por verificações exploratórias, encontramos apenas evidências isoladas de pesquisas de maior impacto internacional oriundas do Brasil.

^{iv} A nosso ver, parecerista não é autor, se assim o fosse os pareceristas de periódicos que indicam bibliografia e ajustes nos trabalhos teriam direito também de se tornarem coautores dos trabalhos que avaliam.

^v Embora alguns professores tenham a prática de identificar indícios de plágio, principalmente pela quebra do estilo da linguagem (quando o texto do aluno vinha se desenvolvendo com recursos linguísticos específicos e de repente há uma quebra e uma modificação no padrão de textualidade que vinha sendo imprimido ao texto), é possível que a prática de plágio jamais seja comprovada.

^{vi} Isso não quer dizer que estamos questionando os procedimentos adotados pelas revistas que, em geral, buscam dar confiabilidade aos trabalhos que serão publicados (como é o caso do recurso do anonimato dos nomes dos autores utilizado por algumas revistas quando são entregues os originais para análise).